

O DISCURSO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE:  
SOB O LUGAR DISCURSIVO DE PRESIDENTE, A DISPERSÃO DE POSIÇÕES-SUJEITO

Evandra Grigoletto  
Dirce Jaeger

**RESUMEN.** El presente artículo retoma el discurso de la presidente brasileña, Dilma Rousseff, durante acto de instalación de la Comisión de la Verdad (mayo de 2012), con el fin de identificar movimientos del orden de sentidos y de sujetos, a través del análisis de las posiciones-sujeto materializadas en el discurso, considerando que, en este caso, Dilma Rousseff inscribe su decir en el lugar discursivo de presidente. Los análisis parten del carácter plural de las presentaciones, en el discurso, del sujeto-enunciador Dilma: presidenta, jefa de Estado, militante política, ex-prisionera y ciudadana. Como resultado, observamos que las secuencias discursivas analizadas nos lanzan cuestiones sobre los contornos de un sujeto-universal de la presidencia de la república y la aplicabilidad de la noción de lugar discursivo como espacio *sui generis* de discursivización, tomada, especialmente, de las contribuciones de Grigoletto (2005).

*Palabras clave:* Comisión de la Verdad, presidente Dilma, posiciones-sujeto, lugar discursivo.

**ABSTRACT.** The present article resumes the Brazilian president Dilma Rousseff's statement during the installment act of the Commission of Truth (May 2012), in order to identify order movements of the meanings and subjects, through the analyzes of position-subject(s) materialized in that speech taking into consideration that in the latter, Dilma Rousseff inscribes her saying in the president's discursive space. Analyzes start from the plural characters of presentations, in the speech, of the subject-enunciator, Dilma: madam president; State chief; political militant; former prisoner and citizen. As the result, we have observed that the analyzed discursive sequences point out to issues about the contour of a universal-subject of the republic presidency and the notion of applicability of discursive place as a *sui generis* space of discursivization, originated, mainly, from Grigoletto's contribution (2005).

*Keywords:* Commission of Truth, President Madam Dilma, subject-positions, discursive place.

**RESUMO.** O presente artigo retoma o pronunciamento da presidente brasileira, Dilma Rousseff, durante ato de instalação da Comissão da Verdade (maio de 2012), a fim de identificar movimentos da ordem dos sentidos e dos sujeitos, através da análise das posições-sujeito materializadas nesse discurso, considerando-se que, nesse caso, Dilma Rousseff inscreve o seu dizer no lugar discursivo de presidente. As análises partem do caráter plural das apresentações, no discurso, do sujeito-enunciador Dilma: presidenta; chefe de Estado; militante política; ex-prisioneira e cidadã. Como resultados, observamos que as sequências discursivas analisadas nos apontam questões sobre os contornos de um sujeito-universal da presidência da república e a



*Signo y Señá*, número 24, diciembre de 2013, pp. 71-90

Facultad de Filosofía y Letras (UBA)

<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>

ISSN 2314-2189

aplicabilidade da noção de lugar discursivo como espaço *sui generis* de discursivização, a partir, sobretudo, das contribuições de Grigoletto (2005).

*Palavras-chave:* Comissão da Verdade, presidente Dilma, posições-sujeito, lugar discursivo.

**1. SITUANDO A PROPOSTA: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO ACERCA DA COMISSÃO DA VERDADE.** Em 16 de maio de 2012, instala-se no Brasil a chamada “Comissão da Verdade”. Tal comissão é composta por sete membros<sup>1</sup>, nomeados pela Presidente Dilma Roussef, e tem como objetivo investigar e narrar violações aos direitos humanos cometidas no país entre 1946 e 1988, período que abrange o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, o regime da ditadura militar até a publicação da Constituição Federal. A comissão criada através da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011<sup>2</sup>, tem dois anos para apresentar um relatório circunstanciado, contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações.

Tomando como *corpus* o discurso oficial<sup>3</sup>, proferido pela presidente da República, Dilma Roussef, no momento de instalação da Comissão da Verdade (doravante CV), este artigo pretende identificar movimentos da ordem dos sentidos e dos sujeitos, através da análise das posições-sujeito materializadas nesse discurso, considerando-se que, nesse caso, Dilma Roussef inscreve o seu dizer no lugar discursivo de presidente. Ressoam nesse discurso um complexo de memórias e forças ideológicas, materializadas pela voz da presidente da República, mas também pela voz de uma filiada ao Partido dos Trabalhadores, de uma ex-prisioneira política do regime militar, cuja “verdade dos atos” a CV se propõe a resgatar.

Para efeitos de análise, procederemos a um recorte no *corpus*, selecionando algumas sequências discursivas (SD) representativas do funcionamento das diferentes posições-sujeito. Mais especificamente, analisaremos SDs em que o enunciador —nesse caso Dilma— se dirige ao público, utilizando as primeiras pessoas: eu e nós. A Análise do Discurso de orien-

1 A Comissão da Verdade está formada pelos advogados Pedro Dallari, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho e Rosa Maria Cardoso da Cunha; pelo cientista político Paulo Sérgio Pinheiro; pela psicanalista Maria Rita Kehl e pelo vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Gilson Dipp. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/membros>.

2 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm).

3 Postado no dia 16 de maio de 2012 no jornal *O Globo* (online). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1091271-leia-a-integra-do-discurso-de-dilma-na-comissao-da-verdade.shtml>.

tação pecheuxtiana é o referencial teórico utilizado para tratarmos a materialidade do *corpus*, que é linguístico-histórica.

Assim, ao nos debruçarmos sobre essa materialidade, imergimos nas questões relativas à ideologia e ao complexo jogo de constituição de sujeitos e sentidos, os quais exigem um conhecimento mínimo das condições de produção sócio-históricas onde se inscreve o discurso de instalação da comissão da verdade. Isso nos convoca a realizar um percurso histórico e contextual mínimo para, adiante, procedermos à análise das sequências discursivas recortadas do *corpus*.

Países que viveram sob regimes militares impostos, como é o caso do Brasil, tendem a apresentar posições bastante dicotômicas para termos como *militarismo*, *esquerda*, *direita*, *democracia*, *ordem social* e *direitos humanos*. Isso para citar uma lista limitada. Dificilmente as opiniões não se mostram divididas entre os extremos: “a favor” ou “contra” as ações e iniciativas levadas a termo pelos governos militares e os grupos de oposição durante os anos de intervenção (1964-1984). Para o caso brasileiro, é difícil até mesmo encontrar um termo intermediário entre “golpe de Estado” e “contrarrevolução”: para exemplificar as possibilidades na língua para nos referirmos ao processo que substituiu o presidente João Goulart (Jango) pelo general Castello Branco em março de 1964. Os contrários ao regime imposto referir-se-ão aos fatos como golpe e como ditadura; já os simpatizantes das mudanças ocorridas em março de 1964 preferem denominar a manobra de contrarrevolução.

No início da década de 60 (século XX), encontramos a simpatia e a adesão de alguns segmentos do Exército brasileiro à política norte-americana de detenção do avanço do comunismo no continente. O êxito comunista da revolução cubana de 1959 havia representado um duro golpe na política externa dos EUA para o continente americano. Em contrapartida, segmentos da população brasileira —em sua maioria artistas, estudantes, intelectuais e militantes anti-imperialistas— mostraram-se contrários aos motivos, propósitos e métodos adotados pelos sucessivos governos militares e optaram por manifestar pública ou clandestinamente sua oposição ao regime imposto. Tais posições, evidentemente, passaram a ser alvo de repressão, perseguição e prisão por parte dos mecanismos de controle da ordem social e política, segundo palavras do próprio regime militar. A esta lista, somam-se os relatos de tortura, assassinatos e desaparecimentos promovidos pelo mesmo regime.

O nome da atual presidente do Brasil, Dilma Rousseff, também está na lista dos presos e torturados pelo regime militar instituído pelo golpe de 1964. Situação semelhante à de outros políticos que integram a atual cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT), alguns deles ocupantes de altos cargos do governo Dilma. Considerando-se que o PT é o partido do atual governo, esses fatos assumem importância especial dentro do jogo das forças que constituem as condições de produção do discurso de implantação da CV.

Desde a abertura democrática iniciada pelo último presidente militar, as torturas, desaparecimentos e mortes de ativistas e opositores ao regime militar que governou o país de 1964 a 1984 passaram a ser tema recorrente dos grupos de Direitos Humanos. Isso se deve, principalmente, ao fato de persistir, por parte da maioria dos acusados de abuso de poder durante os anos de ditadura militar no Brasil, uma explícita e reiterada negação das violações aos direitos humanos de presos políticos do período.

Esta negação, apesar das evidências contrárias, encontra-se na base dos movimentos de instalação da CV no governo Dilma. Um esforço, segundo resumo da própria presidenta, iniciado em governos anteriores:

*A Comissão da Verdade foi idealizada e encaminhada ao Congresso no governo do meu companheiro de jornada, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem tive a honra de servir como ministra e a quem tenho o orgulho de suceder. Mas ela tem sua origem, também, na Lei da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, aprovada em 1995, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquela oportunidade, o Estado brasileiro reconheceu, pela primeira vez, a sua responsabilidade pelos mortos e desaparecidos sob sua custódia. Pelos mortos e desaparecidos sob sua custódia durante o regime autoritário. No entanto, é justo que se diga que o processo que resultou na Comissão da Verdade teve início antes disso, durante o mandato do presidente Fernando Collor, quando foram abertos os arquivos do DOPS de São Paulo e do Rio de Janeiro, trazendo a público toneladas de documentos secretos que, enfim, revelados representaram um novo alento aos que buscaram informações sobre as vítimas da ditadura (discurso de instalação da CV, O Globo).*

Dentro das condições amplas de produção do discurso analisado, podemos mencionar a crescente visibilidade que as questões relativas aos direitos humanos têm alcançado nos cenários nacionais e internacionais. O encaminhamento dos principais temas mundiais já não se desenvolve longe do olhar atento dos segmentos mais críticos da sociedade que, em escala cada vez maior, acompanham em tempo real o desenrolar dos fatos e o embate de posições e interesses divergentes. Pertencem a este con-

texto, dentre outros elementos, o protagonismo dos movimentos que reivindicam ética e transparência na condução das políticas internas e externas dos países; zelo no respeito aos direitos humanos de cidadãos e povos e, no tocante à temática do *corpus*, movimentos e instâncias que sugere, ademais da apuração rigorosa dos fatos, a aplicação de punições aos remanescentes de regimes autoritários sobre os quais pesem acusações de tortura, desaparecimentos e mortes.

**2. TEORIZANDO: AS NOÇÕES DE SUJEITO E FORMAÇÃO DISCURSIVA.** Para a Análise do Discurso (doravante AD), o sujeito e, por sua vez, os sentidos são constituídos/atravesados pelo inconsciente e pela ideologia, a qual não se realiza em ideias, mas nas práticas (Althusser 2007). Conforme Pêcheux,

*É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material das palavras e dos enunciados (Pêcheux 2010a, 146).*

É o que sucede quando ouvimos as palavras de Dilma Rousseff em seu discurso de implantação da CV. Cria-se a evidência de que é a presidente, e tão somente ela, que enuncia. Retomando a teoria, todo mundo sabe o que um presidente é e o que deve e pode dizer. Desfaz-se, assim, para os interlocutores, qualquer possibilidade de heterogeneidade, tanto em relação aos sentidos como a sujeitos. Evidência que também se processa no âmbito do enunciador. Dilma, ao enunciar, também tem a ilusão de estar falando de um só lugar: a presidência da República Federativa do Brasil. Ao enunciar, apagam-se os movimentos que revelam as fronteiras fluidas de sentidos vindos de outros lugares, de outras formações discursivas, às quais remetem à possibilidade de se estar diante de um lugar compartilhado. Quando falamos de Formações Discursivas, referimo-nos “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (Pêcheux 2010a, 147).

As palavras de Dilma querem produzir um discurso coeso, articulado e de acordo com o lugar de onde fala. Entretanto, ao sujeito, devido à ação do inconsciente e da ideologia, não lhe é dada a possibilidade de construir um enunciado livre de falhas e brechas. A ilusão de transparência,

completude e originalidade do dizer se dá porque a Formação Discursiva (doravante FD) dissimula, “pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao *‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas*” (Pêcheux 2010a, 148-149). Courtine (2009), retomando Foucault, assinala a não-coincidência entre o autor da formulação e o sujeito do enunciado. Para Courtine, tem-se uma “função vazia” que pode ser preenchida por diferentes posições de sujeito, as quais são concebidas como “uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso” (Courtine 2009, 88).

Nesse sentido, ainda que enuncie desde o lugar da presidência, a fala de Dilma encontra-se constitutivamente atravessada por saberes de outras FDs; saberes que vêm de “outros lugares” e produzem diferentes efeitos de sentido e de sujeito. Não que tenhamos necessariamente uma disputa de FDs, mas nos deparamos com evidências de heterogeneidade e fluidez de fronteiras, ao identificar tomadas de posição do sujeito atravessadas por saberes de outras FDs. Sobre isso, assim se expressa Courtine:

[o domínio de saber de uma FD] realiza, assim, o fechamento de uma FD, delimitando seu interior (o conjunto dos elementos do saber) de seu exterior (o conjunto dos elementos que não pertencem ao saber da FD); esse fechamento, entretanto, é fundamentalmente instável: não consiste num limite traçado, de uma vez por todas, mas se inscreve entre diversas FD como uma fronteira que se desloca, em razão dos jogos da luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma dada formação social. [...] o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como um processo de reconfiguração incessante no qual o saber de uma FD é levado, em razão das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-constituídos produzidos no exterior de si mesmo, a depois produzir sua redefinição ou volta; a igualmente suscitar a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também, eventualmente, a provocar seu apagamento, esquecimento ou mesmo sua denegação (Courtine 2009, 99-100).

Portanto, o deslocamento das fronteiras de uma FD não se processa fora do âmbito do interdiscurso, ou seja, não se dá fora do processo de formação, repetição, transformação dos elementos do saber dessa FD. É o interdiscurso, então, o responsável pela regulação e pelo deslocamento de suas fronteiras (Courtine 2009, 100).

Uma análise preliminar do *corpus* sugere que a *reconfiguração incessante* a que se refere Courtine se dá na medida em que se processa uma

incorporação de saberes oriundos dos discursos da militância esquerdista da década de 60-70 do século XX e dos movimentos democráticos pós-abertura política, o que provoca deslocamentos significativos nas fronteiras da FD desde onde se inscreve o sujeito.

Temos, dentro do *corpus*, apenas um sujeito empírico (Dilma), que se responsabiliza pelo dizer da sequência discursiva (intradiscurso) e se apresenta sob a evidência de um sujeito universal (presidente da República), sem, entretanto, conseguir sustentar a homogeneidade de sua posição. Isso não se dá, vale recordar, como uma manobra da consciência ou da volição do indivíduo. Trata-se do efeito da ideologia e do inconsciente; instâncias constitutivas do sujeito e do discurso.

Em se tratando de um *corpus* constituído por discurso político, torna-se mais perceptível o trabalho das formações ideológicas, as quais se configuram como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras” (Pêcheux e Fuchs 2010c, 163). A noção de formação ideológica, recém apresentada, situa o trabalho da ideologia dentro de um complexo ampliado de forças, as quais interagem no interior da formação social. Em outras palavras, não se deve perder de vista os movimentos que se dão no âmbito do lugar social do sujeito porque é este o *locus* privilegiado de observação do trabalho ideológico.

Antes de adentrarmos no percurso da análise propriamente dito, convém revisitar a diferenciação que estabelece Pêcheux entre as denominadas modalidades de tomada de posição do sujeito. Os indivíduos, estabelece o autor, “são interpelados em sujeitos falantes [...] por formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (Pêcheux 2010a, 198), o que também sinaliza uma identificação do sujeito com a FD que o domina. Temos aí o sujeito da enunciação, que “toma posição consciente” no ato comunicativo, e o sujeito universal correspondente à FD em que se inscreve o sujeito. Entretanto, já não se considera a possibilidade de uma sobreposição plena destas duas formas de sujeito. Há um desdobramento que pode oscilar entre uma maior ou menor sobreposição/incidência entre eles. Estas variantes de identificação correspondem, dentro da teoria proposta por Pêcheux, às modalidades de *posição-sujeito*.

Uma primeira modalidade, identificada como “bom sujeito”, pressupõe um recobrimento entre ambos (sujeito da enunciação e sujeito universal)

de modo a produzir-se uma “plena” identificação do primeiro com o segundo. Diferentemente do que ocorre na segunda modalidade, representada pelo “mau sujeito”, em que o não-recobrimento do sujeito da enunciação e o sujeito universal se traduzem na forma de uma separação entre ambos; o que no discurso se materializa como dúvida, questionamento, revolta, acusação. Aqui se processa uma “luta ideológica” sem, todavia, consolidar-se em uma desidentificação do sujeito com sua FD. O que temos são movimentos contraidentificatórios.

Uma terceira possibilidade é acrescentada por Pêcheux a partir de suas observações sobre o que seria um “caráter historicamente novo da prática ideológica do proletariado” (Pêcheux 2010a, 201). Modalidade que presume uma desidentificação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. Mais do que questionar e confrontar; aqui se estabelece uma tomada de posição não subjetiva no sentido de que sinaliza uma “transformação-deslocamento da *forma-sujeito* e não sua pura e simples *anulação*” (Pêcheux 2010a, 201-202). Entretanto, adverte o filósofo, não se deve perder de vista que

*a ideologia ‘eterna’ enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos, não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo)* (Pêcheux 2010a, 202).

No caso específico do sujeito Dilma, há de tentar-se caracterizar o sujeito universal que reflete a FD da democracia a qual se filia, consciente e livremente, enquanto sujeito que enuncia desde um lugar social e historicamente marcado. O que se espera da fala de um presidente da nação de um Estado democrático e o que “todos sabem que pode e deve ser dito” neste acontecimento constituem o sujeito universal dessa FD. Entretanto, reverberam no discurso e no sujeito o fato de ser Dilma, além de presidente da República, ex-prisioneira política do período militar e filiada ao Partido dos Trabalhadores, cuja origem e história encontram-se intimamente ligadas à oposição ao regime militar. Portanto, analisar o discurso de implantação da CV implica reconhecer que

*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem* (Pêcheux 2010a, 146-147).



O trabalho de análise, portanto, que apresentaremos a seguir, pretende identificar as sobreposições e deslocamentos que se processam no âmbito da relação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal ao qual, *a priori*, se afilia “livremente” o sujeito Dilma. Quer ainda saber se as tomadas de posição chegam a constituir movimento de desidentificação ou se representam apenas deslocamentos da ordem do “mau sujeito” (contraidentificação) no interior da FD na qual o discurso de Dilma se inscreve.

**3. ANALISANDO: A VERDADE NA VOZ DA EX-PRISIONEIRA, MILITANTE, PRESIDENTE, CHEFE DE ESTADO E CIDADÃ DILMA.** A pluralidade com que intitulamos esta breve análise dá indícios da heterogeneidade a que a materialidade discursiva remete. Quem é a Dilma que enuncia e em que FD ela inscreve o seu discurso? Que posições-sujeito ocupa? Não há respostas simples porque nos referimos a instâncias inscritas no complexo jogo de forças e sentidos que constituem as condições de produção que descrevemos acima.

A fim de delimitar os contornos do *corpus* e adequá-lo ao propósito analítico, procedemos à escolha das sequências discursivas que se apresentam como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (Courtine 2009, 55) que respondem “a exigências de ‘exaustividade, de representatividade e de homogeneidade’, características ‘que são comandadas pela adequação aos objetivos da pesquisa’” (Gardin e Marcellesi, *apud* Courtine 2009, 56).

Iniciemos, precisamente, tecendo algumas considerações sobre os sentidos da “comissão” e “da verdade”. Dentre as opções disponíveis no léxico, a escolha de “comissão” remete a uma ação de grupo enviado para uma missão ou função. A ideia de missão é reforçada pelo número sete que aparece no recorte da sequência discursiva abaixo (doravante SD):

SD1 “Ao convidar os *sete* brasileiros que aqui estão e que integrarão a Comissão da Verdade, não fui movida por critérios pessoais nem por avaliações subjetivas. Escolhi um *grupo plural* de cidadãos, de cidadãs, de reconhecida *sabedoria e competência*. *Sensatos, ponderados, preocupados com a justiça e o equilíbrio* e, acima de tudo, capazes de entender a dimensão do trabalho que vão executar [...]” (grifos nossos).

O número sete, em nossa cultura, está associado à perfeição. Ao tratá-lo como capaz de dar conta do caráter “plural” do grupo, reveste-o de uma representatividade mais simbólica do que propriamente estatística. O

mesmo se aplica às qualidades atribuídas aos elementos da comissão, mais humanas que técnicas, sugerindo um enfoque mais próximo de uma “missão humanitária” do que uma “tarefa técnica”. Leitura diferente se daria se, por exemplo, o grupo se chamasse GT (Grupo de Trabalho).

O “da verdade”, por sua vez, remete à existência de uma (1) verdade (A verdade). E ao opor-se, na esfera do *não-dito*, ao “da mentira”, produz sentidos que nos aproximam do processo discursivo: uma comissão para buscar *a verdade*, para celebrar *a transparência da verdade*, onde ainda prevalece *a mentira*. É da ordem do não-dito, portanto, que o que temos (ou conhecemos) por ora é a mentira. Não se sai em busca do que já temos nem almejamos, ou que já conhecemos. A palavra *mentira*, entretanto, não é utilizada nenhuma vez ao longo dos recortes analisados, o que comprova que a formação discursiva regula, a seu modo, “o que pode ser dito” desde uma dada posição na conjuntura (Pêcheux 2010a). A mentira não faz parte dos saberes que se podem ser discursivizados numa Formação Discursiva da Democracia, que é onde se inscreve esse discurso e cuja posição-sujeito dominante é a da *presidente*. Por outro lado, como um discurso transversal, a voz do *sujeito-perseguido político* (e os saberes desta FD) atravessa o discurso presidencial e enuncia (grifos nossos):

SD2 “Ao instalar a Comissão da Verdade não *nos* move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas *nos* move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições” (grifos nossos).

A voz plural (*nos move*) indica a identificação no discurso do sujeito com uma coletividade que, no decorrer da sequência, nos é permitido inferir. Dilma ocupa aqui a posição-sujeito de ex-militante e prisioneira política. Os sentimentos de *revanche*, *ódio* e o desejo de *reescrever a história* remetem a um sujeito protagonista, aquele que efetivamente teria motivos para sentir estes impulsos. A fala de Dilma, nesta sequência, revela deslocamentos significativos da posição do *sujeito enunciador*: não é mais a presidente falando, mas a ex-prisioneira política que, assim como os membros escolhidos para compor a Comissão da Verdade, identifica-se com a *democracia* e demonstrava —à época da ditadura, aqui retomada pela memória discursiva— *aversão aos abusos do Estado*. Portanto, ainda que a palavra *mentira* não seja selecionada pelo sujeito enunciador, consideramos que há movimentos parafrásticos que a atualizam no discurso, a partir de palavras como *ocultamentos*, *camuflagens*, *vetos* e *proibições*,

que remetem a críticas sobre os métodos praticados pelos governos militares, ao contrário do Estado democrático que ela governa hoje, no qual a instalação da Comissão da Verdade representa um “marco civilizatório da democracia”. Tais deslocamentos, portanto, apenas (re)significam o lugar de presidente, não rompendo com o Estado Democrático, como os dizeres que circulam na FD da democracia. Mesmo ocupando diferentes posições-sujeito, o sujeito-Dilma, assujeitado aos saberes que circunscrevem a forma-sujeito Universal dessa FD, inscreve-se num mesmo lugar discursivo: o lugar discursivo de presidente<sup>4</sup>.

Outras sequências também revelam atravessamentos da posição-sujeito perseguida/prisioneira política. Vejamos (SD3) e (SD4):

SD3 “Nós reconquistamos a democracia a *nossa maneira*, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, *mas também* por meio de pactos e acordos nacionais, muitos deles traduzidos na Constituição de 1988” (grifos nossos).

O “nós” que aqui se corporifica no discurso parece falar do mesmo lugar da recém-analisada (SD2). O “a nossa maneira” remete às idiossincrasias das lutas dos militantes dos anos do regime militar, leitura que se apoia no uso do “mas”. Esta partícula modalizadora coloca em oposição à reconquista da democracia oriunda de “pactos e acordos nacionais” e aquela promovida pelas “lutas e sacrifícios humanos irreparáveis”, conseguidos “a nossa maneira”, à maneira dos militantes das décadas de 60-70 do século passado.

SD4 “Assim como reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado, e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e lutadoras, *também* reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização” (grifo nosso).

Movimento similar ocorre na (SD4) quando, agora falando em primeira pessoa, o sujeito-Dilma mostra conhecimento de causa e identificação com o que chama “luta pela democracia” dos militantes, anterior aos “pactos políticos que nos levaram à democratização”. Uma luta contra a “truculência ilegal do Estado”, momento em que o sujeito enunciador marca seu distanciamento máximo com a posição de “chefe de Estado”, funcionamento discursivo que ainda será retomado nesta análise. O que observamos funcionando aqui, como na sequência anterior, em termos

4 Ver discussão sobre essa noção no próximo item.

discursivos, é que se trata do mesmo sujeito-enunciador (Dilma, a presidente), mas que ocupa outra posição-sujeito, a de militante política, produzindo movimentos, nesse caso, de identificação/aproximação com o sujeito-universal da FD democrática.

Em algumas seqüências prevalece o que parece ser o naturalizado discurso homogeneizante e conciliador, apesar de ocorrerem alguns deslocamentos e apagamentos dignos de menção. Nelas, a voz do *sujeito-presidente*, do “país de todos” quer se sobrepor às dissonâncias e rupturas que outras vozes deixaram transparecer, o que não se processa sem falhas. Referimo-nos à (SD5) e (SD6):

SD5 “Cada um de nós deu a sua contribuição para esse marco civilizatório, a Comissão da Verdade. Esse é o ponto culminante de um processo iniciado *nas lutas do povo brasileiro, pelas liberdades democráticas, pela anistia, pelas eleições diretas, pela Constituinte, pela estabilidade econômica, pelo crescimento com inclusão social*. Um processo construído passo a passo, durante cada um dos governos eleitos depois da ditadura” (grifos nossos).

SD6 “[...] é certamente por isso que estamos todos juntos aqui. O nosso encontro, hoje, em momento tão importante para o país, é um privilégio propiciado *pela democracia e pela convivência civilizada*. É uma demonstração de maturidade política que tem origem nos costumes do *nosso povo* e nas características de *nosso país*” (grifos nossos).

O discurso conciliador não se realiza sem deslocamentos da ordem dos sujeitos e sentidos. Outras expressões significativas vêm à tona: “marco civilizatório” (SD5) e “convivência civilizada” (SD6). Nesse ponto, colocam-se, em oposição: ditadura/democracia; barbárie/civilização; ao mesmo tempo em que se equiparam ditadura/barbárie; democracia/civilização.

Em nenhum momento, aparecem, nas seqüências analisadas, as palavras *militares, militarismo* ou mesmo *regime militar*, o que sugere um silenciamento deste *outro* na ordem da formulação, mas não impede que este *outro* se presentifique pelas memórias acionadas através do *não-dito*. O mecanismo de antecipação permite ao enunciador prescindir de alguns saberes na ordem da formulação sem, contudo, deixar de mobilizá-los na esfera do interdiscurso. É o caso que aqui se dá: ainda que o enunciador não se refira explicitamente aos militares, a memória deste *outro* não se ausenta do discurso.

Então, sob a voz conciliadora da presidente, Dilma ocupa sobretudo aqui a posição-sujeito de cidadã brasileira, que fala em nome do “povo brasileiro” (SD5), que lutou “pela democracia” (SD5 e SD6), “pela anistia, pelas eleições diretas, pela Constituinte, pela estabilidade econômica,

pelo crescimento com inclusão social” (SD5), mas também “pela convivência civilizada” (SD6). Luta da qual ela não se exclui, pelo contrário, da qual participou como militante política, como cidadã brasileira e, agora, como presidente eleita pelo regime democrático.

As sequências que trazem, no fio do discurso, referências ao Estado encontram-se agrupadas a seguir, identificadas por (SD7), (SD8), (SD9) e (SD4):

- SD7 “O que fazemos aqui, neste momento, é a celebração da transparência da verdade de uma nação que vem trilhando seu caminho na democracia, mas que ainda tem encontro marcado consigo mesma. Nesse sentido... e nesse sentido fundamental, essa é uma *iniciativa do Estado brasileiro e não apenas uma ação do governo*” (grifos nossos).
- SD8 “Reitero hoje, celebramos aqui um *ato de Estado*. Por isso, muito me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos. Por isso, muito me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos de regime democrático” (grifos nossos).
- SD9 “quando cumpri minha atribuição de nomear a Comissão da Verdade, convidei mulheres e homens com uma biografia de identificação com a democracia e aversão aos *abusos do Estado*” (grifos nossos).
- SD4 “Assim como reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a *truculência ilegal do Estado*, e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização” (grifos nossos).

Ao desassociar Estado e governo, algumas construções de sentido são autorizadas. Sugerimos que a polissemia do termo acompanhe os movimentos da ordem do sujeito. Em (SD7), temos o sujeito da presidência, ocupando a posição de chefe da nação. Há o trabalho de um discurso conciliador, onde aparecem mancomunados os interesses do governo petista de Dilma e o ente suprapartidário que ela identifica como “o Estado brasileiro”. Ao colocar lado a lado a ação do governo Dilma e a iniciativa do Estado, promove uma resposta às críticas que situam a CV como um interesse pessoal de Dilma e dá um sentido de uniformidade e coalizão à CV.

Distinto, supomos, é o efeito do uso da expressão de “ato de Estado” na (SD8). Aqui Dilma, ainda ocupando a posição-sujeito de chefe da nação, fala do “Estado democrático” que aparece na dupla adjetivação: “28 *benditos* anos de regime *democrático*”. Há um reconhecimento do Estado democrático e um apagamento parcial dos anos do regime militar. Parcial porque estes aparecem no recorte “*malditos* anos” que funciona aqui pelo *não-dito*.

Inscrita, mais uma vez, na posição de chefe de Estado, em (SD9) e (SD4), Dilma, em oposição ao “Estado democrático”, enuncia “os abusos do Estado” (SD9) e “a truculência ilegal do Estado” (SD4). O artigo definido empregado na construção “do Estado” (SD9 e SD4) passa a significar quando comparado, em seus efeitos, com a preposição “de Estado” (SD8). Quando, na (SD7) aparece “do Estado” temos a determinação “do Estado brasileiro”. Em (SD9) e (SD4), por sua vez, a ausência de adjetivação nos permite acionar, inclusive, a memória dos “abusos/truculência ilegal do Estado maior das Forças Armadas”.

Ainda, em (SD4), quando traz a “truculência ilegal do Estado”, abre espaço para novos sentidos. Haveria a possibilidade de uma *truculência legal*? Pelo viés do discurso transversal, mobiliza-se uma memória da época da ditadura: para os militantes contrários ao regime militar instalado em 1964, havia sim a possibilidade de se empregar, de modo justificado, o que em outros discursos se nomeia *truculência*. Falava-se de “legitimidade” dos meios empregados, os quais eram justificados pelos fins. Algumas das táticas de enfrentamento ao regime militar incluíam a realização de assaltos, sequestros e assassinatos por parte dos grupos organizados de guerrilha urbana. É possível encontrar na internet<sup>5</sup> a descrição de uma série de ações violentas que, efetivamente, foram mobilizadas para fazer frente à superioridade destrutiva do “inimigo” (EUA e o governo militar), a fim de alcançar os objetivos revolucionários em uma espécie de “guerra santa”.

O que observamos nesse conjunto de SDs acima analisadas é o embate constante entre os saberes/sentidos que se inscrevem em duas FD, contraditórias entre si: a FD da democracia e a FD da ditadura. Assim, os dizeres permitidos na FD da ditadura são aqui rejeitados pela posição de chefe de Estado, que se inscreve na FD da democracia.

A (SD10), apresentada a seguir, materializa o embate de sujeitos que se processa no âmbito do discurso:

SD10 “Cada um de nós aqui presentes —ex-presidentes, ex-ministros, ministros, acadêmicos, juristas, militantes da causa democrática, parentes de mortos e desaparecidos e *mesmo eu, uma presidenta*— cada um de nós, repito, é igualmente responsável por esse momento histórico de celebração” (grifos nossos).

5 Um exemplo é o *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, que narra o universo das táticas empregadas pelos opositores ao regime militar, disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/cap02.htm>.

O recorte grifado nos mostra como, no fio do discurso, a forma vazia se “deixa” preencher pelo sujeito universal da FD na qual se inscreve. Como analistas, no entanto, somos levados a desnaturalizar os sentidos que se produzem a partir da (SD10): reforçar o caráter coletivo, democrático e amplo da conquista (CV), afastando qualquer ideia de iniciativa individual e impositiva da presidência. Considerando que o sujeito Dilma (“eu”) já se achava plenamente incluído nas categorias “ex-ministros, militantes da causa democrática”, há de se buscar sentidos para “e mesmo eu, uma presidenta” diferentes daqueles já naturalizados e cristalizados. Vejamos.

O efeito modalizador de “e mesmo eu” aproxima-o de “e até eu”, o que remete à surpresa, exclusão e improbabilidade. Quando o sujeito enuncia “e até eu”, imediatamente se afasta das categorias recém formuladas e “escolhe” sobrepor-se ao sujeito da presidência, um sujeito singular, a posição-sujeito dominante da FD da democracia desde onde enuncia. A fala de Dilma aqui, então, oscila entre duas posições-sujeito: a de militante e a de presidenta. No entanto, numa relação tensa entre o distanciamento e a identificação, a posição-sujeito dominante é a de presidenta. Mas não de uma presidente qualquer, mas de uma presidente, como ela própria faz questão de ser chamada, que se envolve com as causas democráticas e, mais importante, foi eleita de forma democrática. Portanto, a posição-sujeito presidente se identifica aqui plenamente com a forma-sujeito histórica da FD da democracia, fazendo com que a adesão de um presidente às causas democráticas seja algo natural, que não leve a nenhuma surpresa ou improbabilidade. O que observamos funcionando nessa SD, então, é um atravessamento ideológico das memórias (saberes) do regime não-democrático, funcionando como discurso transversal, possível graças à “ascendência dos processos ideológico-discursivos sobre o sistema da língua e ao limite de autonomia, historicamente variável, desse sistema” (Pêcheux 2010a, 165).

Portanto, ainda que o sujeito da formulação materialize sua coincidência com o sujeito universal da FD que o domina, esse processo não se dá dentro de um continuum entre sujeitos, sentidos e FD. Há de reconhecer-se o mecanismo mesmo do trabalho da interpelação de indivíduos em sujeitos de seus discursos. Nas palavras de Pêcheux, “apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimentos ou brechas [...]” (Pêcheux 2010a, 277).

**4. PRODUZINDO UM EFEITO DE CONCLUSÃO: AFINAL, DESDE QUE “LUGAR/LUGARES” ENUNCIA DILMA?.** As breves análises até agora realizadas parecem ter levantado suficientes indícios de heterogeneidade das tomadas de posição do sujeito, da opacidade de sentidos e da movência e fluidez das fronteiras da FD da democracia, dentro do *corpus* analisado.

A pergunta que não quer calar —e que não se pode elidir— diz respeito à interpretação que se dará das tomadas de posição do sujeito em relação ao que seria o *sujeito universal* da presidência, suas implicações com respeito à FD da democracia e à possibilidade de co-ocorrência de outras FDs no *corpus* analisado.

Nesse sentido, questionamo-nos se haveria, ainda que como uma projeção teórica, um *sujeito universal* “tamanho único”, dentro do qual “coubesse” qualquer *sujeito da enunciação* que se “propusesse” a relacionar-se com ele nos moldes do “bom sujeito”. Esta sobreposição, invariavelmente, implicaria uma substancial anulação da historicidade de sujeitos e sentidos, bem como a desconsideração da dinâmica dos próprios processos sociais. Toda e qualquer reverberação de saberes ligados a outras FDs comprometeria a identidade do enunciador frente ao lugar social/discursivo que o determina. Teríamos que admitir, por sua vez, a viabilidade de uma posição homogênea e não-contraditória que sustentasse o princípio de uma universalidade para a posição de representante da FD. Acreditamos que esta possibilidade, dentro do arcabouço teórico que fundamenta a análise, já não se sustenta. Propomos, então, a ampliação desta discussão.

Para tanto, mobilizaremos algumas questões e caminhos teóricos já triados em outro momento por Grigoletto (2005), que levantam a possibilidade de coexistência, em um mesmo lugar discursivo, de diferentes *posições-sujeito* sem que, contudo, tenhamos que considerar uma mudança de FD. Propusemos, nesse trabalho (Grigoletto 2005), que se opere com a noção de *lugar-discursivo* como um espaço não dado previamente, mas que se atualiza no evento discursivo como um momento/espço sui generis de discursivização. Daí porque as diferentes tomadas de posição do sujeito, antes de sinalizarem uma contra/des/identificação do sujeito com a FD, podem indicar a pluralidade de lugares sociais/formações ideológicas que coabitam no mesmo lugar discursivo e que conformam a especificidade do discurso. Existiria, portanto, um lugar de entremeio entre o lugar social e a posição discursiva, como sugerimos nas palavras abaixo:



*é possível pensar na noção de lugar discursivo como uma categoria de análise, que é materializada na passagem do espaço empírico, onde se encontram os lugares sociais, para o espaço discursivo. Ou seja, o lugar discursivo estaria no entremeio do lugar social, da forma e da posição-sujeito. Portanto, ele não é sinônimo de posição, já que pode abrigar, no seu interior, diferentes e até contraditórias posições de sujeito. Por isso, devemos tomar o lugar discursivo como um espaço constitutivamente heterogêneo, onde se materializam as diferentes imagens projetadas pelos interlocutores de um discurso (Grigoletto 2005, 158).*

As análises do *corpus*, realizadas no item anterior, sugerem a convergência, para o discurso presidencial de Dilma, de diferentes discursos e distintos lugares sociais, sendo a presidência apenas um destes lugares. No entanto, sob os distintos lugares sociais e as distintas posições-sujeitos ocupadas por Dilma em seu discurso, o sujeito-enunciador inscreve-se num único lugar discursivo —o de presidente—, o qual não deixa de estar determinado/afetado por esses lugares sociais e posições-sujeito. Assim, considerar que a presidente Dilma, ao produzir o discurso da comissão da verdade, inscreve-se num único lugar discursivo —o de presidente— é tomar esse discurso como lugar de entremeio entre lugares sociais, formas e posições-sujeito, o que nos possibilita escapar da “camisa-de-força” que a ideia de um *sujeito universal* eventualmente nos ofereça. Não propomos, com isso, que, de forma alguma, se abandone a possibilidade de uma desidentificação do sujeito com a FD que o domina, mas que tenhamos em mente o perigo de se atribuir contornos demasiadamente definidos para a forma sujeito que quer “dar conta” da FD.

“Tudo o que se sabe e se pensa sobre um presidente da república”, peça fundamental dentro do jogo de forças, sentidos e da antecipação que norteia as condições de produção do discurso não deveria desembocar em uma formação única (o *tamanho único* a que nos referimos anteriormente) que nos impeça de ver a reorganização do jogo de forças (reconfiguração incessante) a partir de um lugar discursivo *sui generis*.

Aquilo que se chamaria *forma sujeito universal* da presidência, falando-se desde a experiência brasileira, tem experimentado diálogos diversos. Nesse sentido, “tudo o que se imagina de um presidente”, enquanto sentidos naturalizados a partir do interdiscurso, está “submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas” (Pêcheux 2010a, 2010b). Nesse ponto, não nos referimos à Ideologia eterna, mas às ideologias que se relacionam e

representam, sincronicamente, as formações sociais às quais remetem e nas que se inscrevem.

Se consideramos a *forma sujeito universal* o representante máximo da FD, no sentido de que é o elemento que *regula o que pode e deve ser dito* no seu interior; e se, por sua vez, consideramos que o funcionamento da FD se encontra, em grande medida, regulado pela formação ideológica, a qual se atualiza no contexto das formações sociais, há de se repensar permanentemente o *status* da *forma sujeito universal*. Consequentemente, a ideia de um *lugar discursivo* (Grigoletto 2005) parece contemplar, de modo mais aproximado, a dinâmica do cenário do processo discursivo e a complexidade movente de seus sujeitos e sentidos. Como observamos nas análises, no item anterior, sob o lugar discursivo de presidente, o mesmo sujeito-enunciador ocupa distintas posições-sujeito, sem contudo romper com os saberes/sentidos da FD em que o seu discurso se inscreve: a de presidente, de chefe de Estado, de cidadã e de ex-prisioneira e militante política.

Assim, a noção de *lugar discursivo*, na medida em que cria um necessário distanciamento da ideia de uma *posição sujeito universal*, permite-nos, ao mesmo tempo, identificar, nas projeções sobre o sujeito da presidência, resquícios do autoritarismo na construção das imagens sobre o ser-presidente. Isso se traduz na impossibilidade, ideológica e inconscientemente constituída, de se perceber o lugar discursivo da presidência como espaço de dispersão do sujeito. Um presidente democrático “não pode” falar de outros lugares senão aquele que remete “a todos” (*de todos e para todos*); o que não abre, em princípio, a possibilidade de considerar-se o sujeito e o discurso da presidência como eventos complexos, heterogêneos e opacos.

Sugerimos, então, à guisa de conclusão, que o discurso de Dilma, uma vez analisado no conjunto de suas condições de produção amplas e restritas, reflete antes de mais nada as profundas mudanças sociais que reverberam no *lugar discursivo* da presidência.

Há de considerar-se que as ressignificações que se processam na construção social do papel da presidência trazem implicações para o desenho do *lugar discursivo* do sujeito e para o funcionamento das memórias discursivas. Estas últimas, seguindo a definição pecheuxteana, vêm a ser “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os ‘implícitos’ (pré-construídos, elementos citados e relatados,

discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (Pêcheux 1999, 52).

O *lugar discursivo* da presidência, a partir do *corpus* da análise, desinstala em certa medida a memória de um espaço de consenso e univocidade: elementos coerentes com o discurso da representatividade democrática, da voz que fala em nome de todos e para todos. Memória que se materializa no slogan oficial: *Brasil, um país de todos*. O *lugar discursivo* desde onde fala Dilma é compartilhado, como uma “rede de lugares distintos” (Foucault *apud* Grigoletto) pelo lugar da presidência; pelo lugar dos movimentos revolucionários do regime militar e pelo lugar dos movimentos democráticos populares da pós-abertura política. Nesse sentido, o “já-lá” a que se refere Grigoletto não deixa de estar atravessado por um “aqui-e-agora”, em função da configuração *sui generis* e atualizada do lugar discursivo.

Portanto, consideramos que não se tratam de movimentos desidentificatórios do sujeito enunciativo em relação à FD a que se filia o discurso da CV. Não há elementos no fio do discurso que configurem uma ruptura do sujeito com os saberes da FD da democracia. No máximo, deslocamentos quando ocupa a posição de chefe de estado. Por outro lado, tampouco vemos a materialização, no discurso, do “bom sujeito”, plenamente identificado com o que se poderia configurar um *sujeito universal* da presidência. Aliás, a noção de *sujeito universal*, embora acionada pelo dispositivo analítico, mostrou não dar conta da complexidade das ocorrências do evento discursivo. O acionar de saberes de FDs outras, que atravessaram, nesse caso, a FD da democracia, antes de sugerir uma ruptura do sujeito em relação à FD dominante, fornece indícios sobre o funcionamento e a dinâmica de um *lugar discursivo* desde onde se dá o agir discursivo do sujeito: um lugar naturalmente plural, atualizado pelo jogo de forças que marca a posição presidente na conjuntura atual. Um *lugar discursivo* diferente daquele que se configurou, por exemplo, no contexto da ditadura militar.

#### BIBLIOGRAFIA

- Althusser, Louis. 2007. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução de Walter J. Evangelista e Maria Laura V. de Castro. São Paulo: Graal.
- Courtine, Jean-Jacques. 2009. *Análise do discurso político: O discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: Edufscar.

- Foucault, Michel. 2010. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Gen.
- Grigoletto, Evandra. 2005. "O discurso de divulgação científica: Um espaço discursivo intercalar". Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Orlandi, Eni Puccinelli. 2012. *Discurso em análise: Sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes.
- Pêcheux, Michel. 1999. "Papel da memória". Em *Papel da memória*, editado por P. Achard et al. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes.
- . 2002. *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. 3 ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes.
- . 2010a. *Semântica e discurso*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp.
- . 2010b. "O mecanismo do (des)conhecimento ideológico". Em *Um mapa da ideologia*, editado por Slavoj Žizek. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Pêcheux, Michel e Catherine Fuchs. 2010. "A propósito da análise automática do discurso: Atualização e perspectivas (1975)". Em *Por uma análise automática do discurso*, organizado por Françoise Gadet e Tony Hak. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

**Evandra Grigoletto**

Universidad Federal de Pernanbuco

[evandragrigoletto@gmail.com](mailto:evandragrigoletto@gmail.com)**Dirce Jaeger**

Universidad Federal de Pernanbuco

[dircejaeger@hotmail.com](mailto:dircejaeger@hotmail.com)

Trabajo recibido el 7 de septiembre de 2013 y aprobado 5 de noviembre de 2013.